

A Persistência da Multiplicidade na Evolução do Pensamento Econômico em Exame Crítico

Vagner Alves, Mestre em Economia – USP/RP

Resumo. Este artigo trata da questão da coexistência da multiplicidade de escolas do pensamento econômico como um problema não devidamente absorvido pelos arcabouços de Karl Popper ou por Thomas Kuhn. Como alternativa sugere uma reflexão a partir de outros aspectos não explorados por estes autores que estão presentes nos conceitos de *múltiplos atratores e campo de identidade* ou *ordenação de intencionalidades*. A constituição do argumento central deste trabalho implica num diálogo que qualifique as noções progresso científico, programa de pesquisa e fronteira do conhecimento científico - ao tempo requer a explicitação de motivações que se constituíram nos fundamentos da ciência econômica contemporânea.

Palavras-chave: metodologia, pensamento econômico, multiplicidade.

Classificação JEL: B-41, B-10 e B-20.

Abstract. This article works on the subject of multiplicity in economic thought and it try to develop some reasons and concepts about the ways that some ideas took long run against new corps of theory. Multiple attractors, identity field and ordered intention are the main concepts to give the support for idea of persistence of many paradigms in economic through the centuries in contrast with some ideas published for Popper and Kuhn.

Key-words. economic thought, methodology, multiplicity.

JEL Classification: B-41, B-10 and B-20.

1- Introdução

No debate sobre metodologia durante o século XX, os trabalhos de Karl Popper e Thomaz Kuhn são constantemente colocados em contraste. Com efeito, estes trabalhos partem de supostos e linhas de argumentação distintas que resultam na compreensão de um progresso científico continuado, por um lado, e, por outro, de uma visão de saltos qualitativos que *re-evolucionam* o avanço em ciência. A despeito das inúmeras diferenças, os escritos destes autores contemplam uma fase de dominância que delinea uma fronteira que sintetiza o avanço da ciência.

Do ponto de vista da capacidade de representação da evolução em economia, contudo, esta perspectiva é um problema, uma vez que desde a segunda metade do século XVIII até os dias atuais se verifica que coexistem diversas propostas analíticas econômicas que se apresentam as já existentes sem extingui-las, mesmo quando passam a ser dominantes. Várias das teorias que tomam corpo se colocam no plano do discurso como prosseguindo os arcabouços anteriores, quando de fato operam com referenciais metodológicos acentuadamente distintos. Não obstante, a pesar do predomínio patente de alguns encaminhamentos analíticos sobre os outros, em lugares e instituições distintos, a história do pensamento econômico tem mostrado

que as regras de decisão sobre o que é melhor não se constituem em elementos consensuais a ponto de extinguir a operação teórico-analítica de uma diversidade de abordagens econômicas. Neste trabalho se pretende menos explicar as razões desta diversidade e, mais, tratar da abordagem metodológica capaz de abarcá-los.

A dimensão central a ser abordada neste trabalho é a de identificar razões não contempladas pelos trabalhos de Popper e Kuhn a partir da construção de conceitos que ao conterem menor carga de rigidez dêem suporte para uma compreensão de avanços múltiplos na evolução do pensamento econômico. Através dos conceitos de *múltiplos atratores* e *identidade campo*, este artigo propõe uma visão alternativa sobre a constituição de objetos de investigação e unicidade no trabalho científico, oferecendo razões pelas quais o trabalho científico não progride linearmente e em uma única direção. Uma abordagem sobre a natureza do ordenamento de intencionalidades e sua forma de expressão nas ciências econômicas é utilizada para apontar os motivos que dificultam a unificação e identidade continuada de arcabouços neste campo do conhecimento ou o predomínio de um paradigma por um longo tempo e por todos os lugares.

2 – Os Múltiplos Atratores do Avanço Científico

O esforço de trabalho envolvido na pesquisa científica é uma resposta a um elenco de motivações de diversas naturezas. Estas motivações envolvem o anseio pessoal ou coletivo referentes à resolução de um problema posto em termos práticos ou teóricos, a expectativa da aplicação de um conhecimento estabelecido ou a ser provado ou ainda a ser criado; o prestígio individual ou institucional advindo deste fato, a possibilidade de influência social; o deleitamento estético, a sensação de harmonia espiritual ou de reforço da identidade resultantes da pesquisa; aceitação de grupo, a satisfação pelo cumprimento de algo com um valor moral de importância íntima ou social.

Para cada um destes aspectos, a resolução ou o envolvimento no trabalho podem propiciar diversas motivações ou subconjuntos de motivação. Quando se pensa na elaboração de uma vacina que cure uma epidemia pode-se se imaginar que o(s) agente(s) envolvido(s) no processo de sua descoberta estão motivados por uma satisfação tanto de natureza moral, por contribuir para a cura de seus conterrâneos, quanto espiritual, por ajudar um irmão em Cristo a viver melhor nesta Terra. Este fato não o(s) impediria(m) de estar(em) atendendo, simultaneamente, a motivação que diz respeito à aceitação no grupo de pesquisas epidemiológicas. O fundamental a registrar é que *o trabalho científico pode se dar por uma diversidade de motivações que não são necessariamente mutuamente excludentes.*

Estas motivações não se resumem aos componentes lógicos incompletos de uma teoria, aos problemas declarados como não resolvidos por uma escola de investigação ou pelos manuais

de ensino de um campo de conhecimento. Acreditar que uma pesquisa atende às demandas exclusivas da lógica científica implica em acreditar que quem investiga atende a um algoritmo unidirecional dado por uma linha de investigação - que apenas não se tem um trajeto de resolução mapeado por não se saber a seqüência em que o conjunto de informações relevantes se apresentará ao cientista-investigador, não podendo, sem isto, prever como e quando ele alcançará a solução de um problema. A história da evolução do pensamento científico é por muitas vezes contada como se o conhecimento de um fato, isto é, a apresentação de um conjunto de informação a um agente da ciência, implicasse em uma e somente uma conclusão verdadeiramente possível. Supor que isto seja verdade implica na aceitação de uma visão desumana do processo de acumulação do conhecimento onde os cientistas seriam robôs com comportamentos pré-programados ou deuses com informação incompleta. Dos seres humanos intimamente envolvidos com os processos científicos estariam retirados os atributos da imaginação, da criatividade, das pressões pela sobrevivência, da busca por prestígio, o que não seria plausível. Seria uma visão de ciência que desumaniza o ser humano, por isto mesmo irrealista.

Em resumo, diversos são os caminhos que a pesquisa científica pode tomar, dado um conjunto de informações, e múltiplas são as motivações lógicas e extra-lógicas para as quais o esforço científico se direciona. Denomina-se aqui de *componentes internos* de direcionamento da pesquisa científica o elenco de questões e desafios postos a partir dos resultados obtidos pelos corpos teóricos constituídos. A todas as outras razões para as quais o trabalho científico se realiza, constituem nos *componentes externos* aos corpos teóricos e se constituem em razões que podem ser mais ou menos primordiais para os agentes do trabalho científico segundo o contexto em que estejam inseridos. Em conjunção, estes componentes formam os *múltiplos atratores* do conhecimento científico tanto como elementos explícitos de direcionamento das vertentes científicas, quanto dos elementos motivadores para os grupos ou pesquisadores envolvidos.

A seleção de técnicas e métodos a serem utilizados depende destes múltiplos atratores ordenados em graus de primazia, dada explícita ou tacitamente. A difusão destes métodos ou técnicas e a constituição de um corpo de trabalho dependem da permanência e identificação social de uma hierarquia de importância entre estes múltiplos atratores. Esta hierarquia deve atravessar vários processos de trabalho que se concluam ou tentativas de respostas aos problemas expostos para que se constitua uma *identidade de campo* responsável pela perpetuação de uma carga semântica dos conceitos utilizados – a constituição de uma linguagem – e o estabelecimento de um valor a ser dado ao exercício do método (ou de um

determinado processo de trabalho) voltado para o fim ao qual este processo de trabalho se propõe. O reconhecimento interno e social continuados destes fatores se constitui na institucionalização da identidade de um campo de conhecimento.

A existência de um ordenamento dos múltiplos atratores e o conjunto de métodos e técnicas que formam a identidade de um campo do conhecimento são responsáveis pela *organização do saber existente* e lhe dão um sentido próprio. A permanência deste sentido passa pela identificação recorrente dos conceitos utilizados para resolver problemas passados e presentes dentro de um grupo de trabalho ou vertente teórica. Ao longo do tempo, cria-se uma narrativa sobre os desafios enfrentados, os modos de operar que foram postos à prova, os que continuaram e os que não apresentaram funcionalidade diante dos objetivos. Neste contexto, as memórias das reações de aprovação de pesquisadores-chefe, professores, instituições, isto é, *o processo científico torna-se naturalmente auto referenciado* e a permanência de sua identidade e institucionalização depende do prosseguimento das narrativas: um campo de conhecimento precisa de um *enredo de si mesmo*.

Como em toda narrativa, a preponderância dos papéis desempenhados pelos partícipes depende da intenção do(s) autor(es), do fim a que se pretende dar ao que está sendo dito: as componentes têm funções mais ou menos preponderantes que se ordenam segundo a extensão em que se articulam com as demais componentes ou segundo os efeitos pretendidos com a constituição do enredo ou ato de comunicação. Desta forma, o desenvolvimento do conhecimento estabelece uma carga semântica aos conceitos que compõe um corpo teórico segundo um *plano de intencionalidades*.

A carga semântica de um corpo teórico só pode ser razoavelmente traduzida em termos de problemas e métodos para outros corpos que tenham características semelhantes como preocupações e modo de trabalho – de forma a terem passado por experiências-problemas semelhantes. A tradução de um corpo para outro sem estas similitudes se constituiu numa aproximação da forma ou uma semelhança estética, por vínculos sensoriais, mas não uma tradução de conteúdo. É por este motivo que a integração de vertentes de pesquisa, por vezes, só se desenvolve no plano analítico ou do discurso, e não nos fundamentos. Assim, é não é raro que no tratamento de um tema específico sejam encontrados conceitos de diversas origens, mas que, no entanto, não são postos sobre o crivo da coerência funcional de um corpo interpretativo. Isto implica em convivência de inconsistências teóricas ou (de fundamento) insustentáveis ao exame minucioso ou longo do tempo de uma prática rigorosa de trabalho – aquela que advém do teste da lógica interna ou da verossimilhança dentro uma narrativa auto-referenciada da evolução de uma teoria.

Nas ciências sociais, em cada campo do conhecimento, há uma diversidade de matrizes de pensamento que não são redutíveis umas as outras por partirem de princípios e intenções absolutamente distintas. O resultado disto é que seus conceitos ganham cargas semânticas que não encontram correspondências em outras teorias do mesmo ramo de conhecimento. Estas incompatibilidades impedem que se constitua uma *fronteira do conhecimento* que sintetize o avanço existente em todas as matrizes.

Deve-se frisar que a existência freqüente desta maleabilidade incoerente de conceitos em ciências sociais esta vinculada com os componentes externos e com os planos de intencionalidade. Uma vez que a associação com fatos imediatos que podem direcionar esforços de pesquisa localizados, isto é, que não tem a pretensão inicial de generalização como a necessidade de resolver questões práticas discutidas com um público leigo, com ou sem representação política organizada, lidar com grupos ou chefes de repartições ou lideranças de instituições comerciais envolvidos com certo resultado, este direcionamento implica em aceitação e a reprodução de trabalhos que valorizam certos postulados de um corpo teórico de forma isolada, descasada de seu contexto que lhe dá um sentido consistente, onde esta presente a prova serena da coerência de corpo teórico.

Estes fatos são reforçados pela difusão de certos resultados por iniciativa de um agente de pesquisa ou trabalho científico que pretende a obtenção de recursos para fins muitas vezes legítimos e que precisam ser entendidos por um público mais amplo para continuarem existindo. Esta iniciativa envolve numa conformação inicial do significado da investigação pretendida, realizada ou em andamento com as possibilidades médias de compreensão da população que pode influenciar sua continuidade. Esta vulgarização pode se dar ainda por iniciativas de produção de conhecimento bastante sensíveis a interlocução com universitários que não estão envolvidos com a cultura de pesquisa científica propriamente dita, como os *Colleges* ou instituições de certificação superior não-universitárias e que demandam um leque de produtos compatíveis com suas intenções e disponibilidades para aprendizagem e formação. Estes grupos são cada vez maiores em todo o mundo. A influência que a mídia pode ter sobre as políticas públicas, a necessidade de obtenção de recursos, a dotação de visibilidade ou prestígio são motivos que reforçam os laços de interlocução com graduados que trabalham para instituições – como a mídia falada, escrita ou áudio-visual - onde a síntese da informação pode implicar em grandes perdas de conteúdo, mas que são perdas reproduzidas para que os fins sejam alcançados.

Estes mesmos fatos externos frequentemente formam engrenagens que viabilizam ou produzem restrições aos pesquisadores sociais que por isto, como mecanismo de proteção e

sobrevivência ou ainda como forma de ampliar o leque de influência de seus resultados tornam a visibilidade de suas intenções difusas, subsumidas, de difícil identificação. É este o caso relevante de ideologias que se posicionam firmemente como conhecimento científico e tem um alcance muito mais amplo que as particularidades apresentadas nos dois parágrafos anteriores. Os fins ideológicos se colocam como componentes pré-conceituais e moldam a forma de articular conceitos e resultados de um modo nem sempre identificável no produto final dos trabalhos, nas equações que sintetizam as relações fundamentais ou mesmo em muitos espaços de discussão.

O resultado disto é uma série de trabalhos que são elaborados para realizar fins (externos), ou seja, não são os declarados nos produtos que geram ou nos ambientes que se colocam sobre as atenções daqueles que não o produziram. Quanto maior a soma de todos estes efeitos mencionados, maior a inércia para reagir aos fatos que não se mostram coerentes com as proposições da teoria que se volta para a interpretação de um dado conjunto de fatos. Os trabalhos em ciências sociais estão mais afeitos a esta situação que os originários das ciências da natureza.

Para além dos contornos de consistência lógica de uma linguagem teórica abordada e a resolução de um espaço de problemas a que esta responde, existe uma série de fatores que direcionam ou fazem da pesquisa científica progredir. Estes podem ser enumerados por ordem de : A) adição de hipóteses de trabalho a um conjunto de hipóteses existente ou substituição de um uma sentença a ser verificada por outra, mantendo o mesmo conjunto de hipóteses ou relações conceituais anteriores de modo que a teoria não se altere significativamente, mantendo a hierarquia conceitual que a compõe. Este é o caso em que avanço de um corpo teórico pode se dar de forma mais contínua, sem saltos notáveis na qualidade com que uma teoria se desenvolve; B) existência de imaginação inovadora que re-compreende um espaço de problemas ou atividade advinda de um agente inserido no ambiente em que a teoria se formou ou o advento de uma nova visão de mundo, formada fora do espaço de discussão em que se formou um dado corpo teórico. Ambos reformam os conjuntos de conceitos envolvidos mudando sua hierarquia nos arcabouços que se propõe a explicar os eventos ou processos testemunhados; C) transposição de algoritmos de solução, por mimese ou analogia, originários de campos correlatos ou longínquos de onde são normalmente, mas não necessariamente, tidos como bem sucedido. D) forte desconforto com os resultados obtidos por um campo do conhecimento que seja de caráter estético, ético, religioso, de identidade-reconhecimento ou de qualquer outro juízo de valor, tanto por parte da sociedade quanto por parte de um agente relevante de uma pesquisa em questão. Neste caso, se incluem os desconforto ideológico que

implicariam em resultados ou relações sociais tidas como não bem-vindas às práticas e crenças sociais. Quanto mais forte estes desconfortos, maior é o impacto potencial sobre a sistematização de conceitos. E) insatisfação com efeitos sociais objetivos, imediatos ou permanentes, das ações baseadas tanto nos postulados de uma teoria quanto nos procedimentos associados a um método próprio.

Um corpo teórico ou, de forma menos particular, um campo de conhecimento pode evoluir sucessivamente como resposta a *um* aspecto de *um* destes elencos de fatos dispostos como pode progredir numa seqüência de razões distintas, numa periodicidade que pode ser mais longa ou mais curta. Estas possibilidades implicam em maior ou menor mudança de ordenamento ou inovação conceitual que podem estar mais ou menos atrelados com alterações num método de pesquisa que repercute mais ou menos intensamente na organização do trabalho técnico-científico da qual estão envolvidos diversos contingentes de pessoas e instituições.

Em conjunto, esta seqüência de argumentos permite entender que o *trabalho científico não se move linearmente*, antes tem seu eixo de progressão mais ou menos “rotacionado” segundo a intensidade em que as respostas são dadas a um plano de intencionalidades. O avanço da ciência não se assenta sobre uma estrada contínua, antes *se move numa rede de motivações e direcionamentos interdependentes e de diferentes naturezas* que se reforçam ou se estiram por pontos de interseção comuns a diversos interesses e que, segundo estes interesses, se colocam como mais ou menos relevantes.

Relevância, simultaneidade e substituição são idéias associadas a imagem da rede. A noção de rede leva a idéia do que se quer apreender e o que passa, o que importa e o que se deixa esvaír por entre as tramas da rede. Nada impede que diversas redes sejam arremessadas, simultaneamente, na intenção de se deter um mesmo objeto ou objetos similares. De tempos em tempos, o agente relevante que lança a rede é substituído. De tempos em tempos, redes diferentes são lançadas para se deter um determinado objeto. De tempos em tempos, os objetos a serem apreendidos são outros ou são múltiplos.

Do ponto de vista do paradigma de Kuhn a multiplicidade deveria fazer parte de uma fase transitória ou de crise da ciência normal onde as teorias se colocariam como concorrentes para a explicação de fatos novos advindos de elaborações teóricas ou descobertas advindas de novos instrumentos. Em economia, por outro lado, o próprio objeto se encontra em mutação permanente gerando fatos novos recorrentemente mesmo sem a presença de instrumentos de detecção substancialmente distinto do elenco anterior. A natureza mutante da economia e a diversidade de interesses fazem com que a tolerância ao que Lakatos (1977) chamou de

hipóteses auxiliares seja maior e que os corpos explicativos permaneça em diversos círculos sem que sejam percebidos como inseridos no que chamou de *fases degenerativas*.

Por sua vez, a continuidade de Popper não pode ser observada senão em períodos não longos e em vertentes circunscritas, não no pensamento econômico com um todo. Mesmo nestas circunstâncias, o dedutivismo falsificacionista não seria a regra que estaria fazendo a ciência econômica prosseguir mais que os fatores denominados aqui como extra-lógicos.

Nas próximas seções, pretende-se expor uma interpretação das evoluções da economia como exercício da aplicação dos conceitos expostos. Nesta leitura, procura-se separar os componentes lógicos dos extra-lógicos, ao tempo em que se aponta para uma progressão não continuada nos termos colocados por Popper(1973) e para uma diversidade duradoura que se contrasta o proposto por Kuhn(1976).

4. Rotações do pensamento econômico e as predominâncias dos fundamentos metodológicos.

Nesta seção, são explorados a questão das multiplicidades de longos períodos a partir de um projeto inicial marcado pelos fisiocratas. Um argumento inicial que se procura estabelecer conjuga a existência de uma revolução conjugada com a multiplicidade. Como esta multiplicidade se amplia nos dois últimos terços do século XX, após o trabalho de Keynes e Hicks, usou-se a exemplificação de alguma linhas de pensamento, para um uso adequado do espaço referente a um artigo, dando maior ênfase às diferenças entre fisiocratas e clássicos, por um lado, e marginalistas, por outro – o que se torna suficiente para que se marque os argumentos.

4.1 Dos Fisiocratas aos Clássicos: o predomínio progressivo do conflito sobre a harmonia

Entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, constituiu-se um projeto de formação do pensamento econômico que sofreria mudanças profundas antes do século XX, mudanças estas que serão abordadas na seção que se segue e esta. Este projeto une os trabalhos dos Fisiocratas franceses e da economia política produzida por autores do Reino Unido. As características gerais destes trabalhos serão expostas nesta seção para que se possa identificar quais são as possibilidades de investigação que se constituiriam em continuidade deste projeto, quais as anomalias que surgiram neste trajeto e como a sucessão de trabalhos na transição para o século XX produzem escritos que rompem com uma série de componentes conceituais e objetivos, a despeito de se colocarem, inicialmente, como ampliadores da abrangência do projeto clássico. O objetivo desta caracterização é o de apontar para as insuficiências tanto da metodologia da pesquisa científica de Karl Popper quanto o trabalho de

Thomas Kuhn têm de apreender este “avanço” da ciência econômica entre os séculos XVIII, XIX e XX.

Diversos aspectos unem as perspectivas dos Fisiocratas com a economia política clássica. Grande parte destes aspectos comuns são os mais fortemente contrastados pela chamada revolução marginalista e por este motivo são aqui destacados de forma sintética.

Fisiocratas e clássicos têm em comum uma visão dos processos econômicos que envolve: 1) uma teoria do valor oriunda da esfera da produção, 2) calcada em fatores objetivos; 3) uma teoria da distribuição que tem as classes sociais como referência; 4) a compreensão de uma estruturação social que antecede ao momento de geração do valor; 5) uma perspectiva teórica que une a compreensão das características do período de produção às noções de excedente econômico e a de necessidades de reprodução; 6) o conceito de nação como referência-chave para a elaboração sobre um sistema econômico; 7) uma visão naturalista das relações econômicas e 8) a argumentação de que o processo de prosperidade é essencialmente harmonioso ao beneficiar as diferentes classes sociais.

Os Fisiocratas identificam a especificidade do fator terra de propiciar fertilidade e, portanto, ser responsável pelo o que é colocado de novo no sistema econômico a cada período. Esta especificidade esta atrelada a identificação atividade que se associa diretamente a terra, a agricultura, como aquela responsável pela a geração de valor econômico. É da produção agrícola que propicia os insumos e bens que são destinados aos demais setores da economia e ao consumo final, como um “fluxo circular”, que concomitantemente, distribui parcelas do valor total da produção nacional entre as distintas classes sociais. (QUESNAY:1984)

Deve-se notar que a noção de *fluxo circular* ao denotar uma referência ao fluxo sanguíneo, se constitui num conceito que denota uma referência às ciências naturais e, mais particularmente, as ciências biológicas, bem como a expressão que designa este pensadores: Fisiocratas. Estes fatos por si sós implicam em um conjunto de pré-concepções que formam uma visão de mundo que abarca a economia como uma série de processos que se dão sob as leis da natureza: quanto mais de acordo com estas leis, melhor é o funcionamento do sistema econômico como um todo

No entanto, a noção de fluxo circular se associa a um outro aspecto, caro ao desenvolvimento do pensamento econômico e importante para os fins deste trabalho. Schumpeter(1954), em seu *História da Análise Econômica*, argumenta que os Fisiocratas são os responsáveis pelo grande salto do pensamento econômico ao teorizarem sobre a necessidade e a simultaneidade dos processos de consumo e reprodução, em cada período de produção. Este fato denota a compreensão dos processos de retro-alimentação necessários à acumulação do capital, ou a

Riqueza das Nações, como queria Smith, ou ainda ao crescimento econômico, termo utilizado nos modelos do século XX.

O projeto de investigação da economia clássica assimila integralmente as oito características enumeradas ao início desta seção, quando observada a luz de seus três expoentes centrais, Smith, Ricardo e Mill ao longo de mais de mais de um século de elaboração. O aspecto mais relevante que difere os clássicos é a origem do valor econômico que passa a identificar-se com a transformação dos insumos ofertados pela atividade primária – criação, cultivo e extração - que ocorre na produção fabril.

À medida que a divisão do trabalho se amplia em sociedades mercantis e cresce a importância das atividades fabris, surgem versões de uma teoria do valor identificada com esta etapa do processo econômico. O plano de intencionalidades da economia clássica é o de representar o processo de acumulação de capital como o promotor central de riquezas para as nações por meio de uma teoria objetiva de valor diante de uma estrutura econômica e social determinada que define atores coletivos, as classes sociais, como seus agentes principais. O atrator externo ou a componente extra-lógica deste projeto está na noção de harmonia que deve se associar ao progresso econômico. Este componente externo de interesse social e de motivação pessoal a estes autores impôs dois grandes desafios a serem respondidos pelos corpos teóricos dos economistas clássicos: I) Mostrar que a economia propicia uma produção cuja distribuição dos valores que ela enseja entre as classes sociais é justa – e que, portanto, a ordem que se associa a esta estrutura de classes deve ser aceita; II) Por meio da engrenagem argumentativa da economia política clássica, convencer que o sistema econômico voltado para o consumo e centrado em atividades que geram valor econômico e na propriedade privada - que se generalizava no mundo ocidental - é simultaneamente estável e duradouro.

A consequência direta para destes dois desafios foi a busca de um critério de justiça distributiva e o empenho em mostrar a funcionalidade que as instituições da propriedade privada e o mercado propiciam à geração de riquezas de uma economia nacional e na divisão internacional do trabalho. Para estes fins, contribuiu muito tanto a ordem das classes sociais e quanto a dinâmica das trocas de mercado serem expostas como representação de um funcionamento de leis naturais.

Esta engrenagem teórica forma o *campo de identidade da economia clássica* que incorporou diferentes concepções voltadas para identificar as origens e natureza do processo gerador do valor econômico, todos dentro do arcabouço com as naturezas descritas nesta seção. Uma diversidade de autores relevantes, mas menos preponderantes, como Sênior, James Mill ou Malthus, elaboraram trabalhos que se diferenciam em diversos aspectos dos trabalhos de

Smith, Ricardo e Stuart Mill – que por sua vez, expressaram diferenças entre si – mas preservaram em meio as discussões as características gerais denominada por economia política clássica. Esta preservação de um arcabouço geral foi responsável por uma trajetória de auto-referências duradoura, que durou mais de um século quando se leva em consideração o trabalho mais notório de Smith e a contribuição de J.S. Mill no final do século XIX, algo inédito e singular na história do pensamento econômico.

Estas características nítidas contribuem para que se possa delinear os limites da abordagem clássica. Do ponto de vista interno desta visão da economia, a identificação de injustiças distributivas – segundo os critérios estabelecidos – ou de instabilidades econômicas, desde que circunstanciais, exigiriam hipóteses auxiliares, no sentido dado por Lakatos(1977), para que a proposta central (ou *núcleo duro*) se preserve-se. A existência da estagnação econômica ou as insuficiências dos mecanismos de auto-ajuste do mercado, numa economia como a descrita, implicaria na existência de anomalias, nos termos de Kuhn, ou elementos de falsificação das conjecturas propostas pelos clássicos, se é adotada a lógica da pesquisa científica de Popper para acompanhar o avanço científico.

Por outro lado, uma perspectiva que não partisse de uma pré-concepção naturalista dos processos econômicos, ou que fosse centrada em uma configuração não objetiva do valor econômico, seria um corpo estranho a esta visão de mundo.

No que diz respeito a era de constituição da economia como campo destacado do conhecimento social, o final do século XVIII e o início do século XIX, vale a pena registrar que não ocorre uma transmutação significativa do sentido semântico dos conceitos centrais. Diferente daquilo que ocorreu no final do século XIX para o século XX, os principais autores deste trajeto, discordaram entre si em diversos pontos, acrescentam conceitos ou expressamente apontam suas diferenças para com os demais autores sem que os sentidos dos termos expostos por seus interlocutores sofressem substanciais transfigurações, desconsiderações ou esquecimentos.

Para que a semântica conceitual fosse preservada durante o debate deste período a figura de Adam Smith cumpriu um papel importante. Smith viveu na mesma época que os fisiocratas. Conheceu e debateu com vários deles pessoalmente durante a segunda metade do século XVIII. Deles apreendeu o conceito de excedente de produção e compreendeu as necessidades que o sistema econômico tem para se reproduzir ou, visto de outra forma, denotou compreender o caráter simultâneo dos processos de produção, reprodução e consumo. Dos fisiocratas também herdou Smith uma visão da distribuição do produto entre classes sociais e a

compreensão de que o valor é gerado na esfera da produção, característica comum a toda a economia política clássica.

Tanto na filosofia de Hegel – que vive a transição dos séculos XVIII e XIX - quanto entre os maiores economistas do século XX, David Ricardo e Karl Marx, o sentido dos conceitos presentes nos escritos de Smith é estendido ou contrastado, mas não transfigurado, fato que contribui para a pujança e a riqueza do debate à época. Neste período, o conhecimento econômico não avança sem desconhecer o que foi feito anteriormente, por isso é um avanço que se dá sobre uma raiz historicamente firmada – e não por uma tradição criada pela conveniência retórica, não presente na semântica dos escritos originais.

Contudo, não se deve entender que não foi um período de re-interpretações, por um lado, e direcionamentos ideológicos, por outro. Ricardo, um liberal como Smith desloca a preocupação central da economia política clássica para o plano da distribuição e inaugura o uso de postulados irrealistas incorporados a raciocínios dedutivos em economia. Marx, um socialista, evolui de um plano de exclusão social centrada na propriedade privada (ou apropriação privada), marcado pelo conceito de expropriação, para o da desigualdade calcada na exploração do trabalho que tinha em vista a generalização dos processos de produção organizados em jornadas de trabalho, típicas das sociedades industriais. Ambos os autores, que se colocam, respectivamente, como sucessor ou opositor ideológico, preservaram, contudo, as idéias de que o valor é oriundo da esfera da produção, que a acumulação do capital envolve tempos diferentes em processos heterogênicos de produção e reprodução e de que o produto gerado é distribuído entre classes. E fazem isto sem que as idéias de Smith sejam transfiguradas.

Em seu trabalho, “Smith, Ricardo e Marx”, Cláudio Napoleoni argumenta que o desenvolvimento da economia política clássica levou a dois caminhos irreconciliáveis. O primeiro seria o de Marx que usando de critérios objetivos para a definição de valor, como era a tradição dos clássicos, avança a economia política “por superação”. O segundo caminho se encontra nos marginalistas que ao final do século XIX desenvolvem um projeto de compreensão dos eventos econômicos baseados no valor subjetivo. Este seria um desenvolvimento “por oposição”. Napoleoni (1978).

O problema do desenvolvimento por superação seria o de ter apontado para uma visão conflituosa da economia capitalista. O conceito de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, desenvolvido por Marx para fundar sua teoria do valor, leva a idéia de trabalho não pago e exploração. Estes podem ser intensificados com o aumento da jornada de trabalho ou por meio de um aumento da intensidade de esforço ou das forças produtivas, gerando um valor

maior relativamente a um dado tempo de trabalho- idéia marcada pelo conceito de “Mais-Valia Relativa”. Neste contexto, o conflito é inelutável: quanto mais intenso a expansão capitalista, maior a exploração. Este seria um aspecto estrutural do capitalismo, marcado sobre a expressão “contradição”, ou seja, aquilo sem a qual o sistema não existe e não se move e cuja a remoção remeteria à um outro sistema com outra lógica.

Pode-se acrescentar aos argumentos de Napoleoni(1978) que a própria economia política clássica, ainda antes de Marx, teria aberta a possibilidade de uma existência não harmônica das classes sociais quando, na terceira e última versão dos Princípios, Ricardo escreve o capítulo 31 intitulado “Sobre a Maquinaria”. Até então Ricardo havia concordado com Smith a cerca do processo de harmonização dos interesses individuais propiciado pela existência das trocas realizadas no âmbito do mercado. Contudo, a introdução deste capítulo na última versão do livro levou a um descolamento entre o crescimento do produto líquido e o crescimento do produto bruto o que levava à possibilidade da classe trabalhadora a entrar em conflito com capitalistas: a introdução de maquinaria poderia aumentar a produtividade do trabalho fazendo que um maior produto líquido fosse obtido com um número menor de trabalhadores. Para Ricardo, a riqueza das nações dependia menos do produto bruto, como pensava Smith, e mais do produto líquido (conceito presente no capítulo 26 dos “Princípios”) que propiciava o excedente associado à acumulação de capital - o conceito de investimento só viria muitos anos depois: o capitalismo poderia se expandir gerando uma “população redundante”, isto é, não ocupada, e por isso em conflito crescente com sua própria expansão.

Quer seja pelo processo lógico dedutivo ricardiano, quer seja pelo método genético ou histórico-dialético marxista, a economia política que chega ao século XIX apontou para o conflito, para o desenvolvimento não harmonioso das sociedades capitalistas e a tensões permanentes entre trabalhadores e capitalistas, tanto na abordagem de socialistas quanto de liberais, como é o caso de Ricardo. A ideologia do desenvolvimento harmônico e da justiça distributiva deveria ser recomposta e o desenvolvimento de teorias de acumulação baseadas no valor objetivo não se mostraram aptas á esta tarefa. Abre-se espaço para um conceito ainda não levado à um arcabouço melhor acabado: o conceito de valor subjetivo que é incorporado em vertentes do projeto marginalista no final do século XIX e início do século XX. O desenvolvimento por oposição, citado, mas não trabalhado por Napoleoni na introdução à coletânea que foi mencionada.

Sem pretender esgotar a abordagem trajetória de fundação do marginalismo e os contrastes sofridos com e pelo keynesianismo, a seção que se segue marca algumas características essenciais para se estabelecer o contraste pretendido neste artigo.

5. A Proposta Marginalista

Uma das imagens mais representativas do plano de intenções do marginalismo que se forma no fim do século XIX é a alusão à tesoura feita por Marshall. Diante da afirmação de que a economia clássica enfatizou os aspectos da oferta para denotar o processo de acumulação de capital de longo prazo, Marshall coloca a necessidade de se especificar os determinantes da procura para que a situação de equilíbrio seja identificada. Desta forma, oferta e procura se colocariam como *uma tesoura*, cujo “corte” - representando as caracterizações simultâneas da oferta e da procura – determinaria a situação de equilíbrio econômico. Posto nestes termos, o que adviria das contribuições originais dos clássicos seria um projeto que abarcaria a contribuição dos clássicos e ampliaria seu alcance e o poder de especificação das “condições econômicas atuantes” – discurso de vários economistas no século XX, sobretudo os profissionais de ensino quando pretendiam explicar a evolução do pensamento econômico.

Nesta seção, de forma breve, pretende-se argumentar que este caráter de continuidade é apenas aparente: para além da ampliação de escopo aquilo que mais tarde foi designado como revolução marginalista implicou numa profunda mudança nos fundamentos teóricos e nas características de trabalho de investigação que se sucede a sua constituição inicial.

Embora os manuais de economia, sobretudo os de macroeconomia que adviriam a partir da vulgarização nos EUA promovida por Hansey(1952) e os trabalhos de economia aplicada continuassem por muito tempo tendo como referência as economias nacionais, o que se gestam são entidades abstratas de equilíbrio simultâneo como referência de pesquisa a partir do trabalho de Walras (1983).

A revolução marginalista resultou num programa de pesquisa centrado numa ótica subjetiva do valor econômico calcado em algoritmos de preferências inicialmente de caráter aditivo e cardinal e depois de caráter ordinal. A entidade associada a esta especificação de algoritmos é então chamada de “indivíduo”. Com razão, esta perspectiva de decisões é chamada de “economia-robô” (Blaug, 1992) ou *agentes autômatos* uma vez que - dado um conjunto de informações que envolvem a definição da curva representativa das preferências deste agente, sua função objetivo e a restrição orçamentária - não há grau de liberdade para aqui que redundará na decisão dos agentes estilizados. O indivíduo revela sua racionalidade por meio de uma opção que maximiza sua satisfação a partir. Para destacar as diferenças para com a economia política clássica, vale a pena enumerar os seguintes aspectos: A) A economia é movida pelas ações de indivíduos e não pelos agentes coletivos expressos nos conceitos de classes sociais dos clássicos; B) Se enfatiza o valor subjetivo a partir da curvas de indiferenças ou de preferências, ao contrário das noções de trabalho comandado ou valor-trabalho que

vigiam durante o período clássico; C) O ambiente a ser problematizado não é mais o das economias nacionais. As entidades matemáticas decorrentes dos sistemas de equações se colocam como o cenário de onde se investigam ações hipotéticas de modificação nos parâmetros das funções objetivas ou das restrições numa gama de exercícios que raramente foge dos procedimentos de estática comparativa; D) Os artefatos das matrizes requerem que valor e distribuição de rendimentos sejam determinados ao mesmo tempo: não há uma estrutura social pré-determinando a repartição das rendas e que se coloque como um antecedente de um período de produção, como há no caso clássico; F) Como seria difícil crer que as preferências dos indivíduos e os parâmetros do sistema econômico se mantenham inalterados por muito tempo, os arcabouços que surgiram voltaram-se para análises de curto prazo. Este fato é reforçado pelas características matemáticas envolvidas: a modificação concomitante de diversos parâmetros pode gerar interações de difícil controle ou compreensão, inclusive resultados não lineares com os quais a existência e determinação do estado de equilíbrio estariam comprometidas. Sobretudo na Inglaterra, desde o final do século XIX, e nos compêndios de economia, ao longo de todo o século XX, estas restrições fizeram com que os procedimentos *ceteris paribus* se proliferassem como artifício analítico ou didático – fato legitimado, quer pelas intenções práticas, quer pela justificativa kantiana de o raciocínio exige que alguns componentes sejam tomados como dados ou ainda pelas necessidades da propedêutica do ensino dos fatos fenômenos econômicos; G) As variações infinitesimais, pequenas ou “marginais” (no sentido de “à margem de”, “próximo à”) – da qual deriva a expressão marginalismo estão associadas a estes condicionantes funcionais e algébricos. Do conjunto destes motivos e características reportadas em (C), (D), (E) e (F), também decorrem a expansão dos procedimentos de derivadas parciais de primeira ordem e a assimilação dos conceitos de produtividades marginais, bem como os rendimentos e custos marginais.

Estes conceitos são ainda hoje os dominantes no ensino de economia, inclusive nas melhores escolas do mundo. Vale ressaltar que a economia retratada por Keynes - que recorrentemente é retratado como um paradigma alternativo e não uma ramificação - não rompeu com a idéia de produtividade marginal do capital ou do trabalho, além de ter aceito a representação de equações simultâneas proposta por Hicks Jr(1937) .

Mesmo que a revolução marginalista tenha pretendido manter uma visão onde as relações econômicas são estabelecidas por leis naturais (ou ao menos análogas a estas) e que a noção de justiça distributiva tenha algum valor importante como um condicionante externo que condiciona a modelagem econômica, seria demais pensar nos marginalistas como prosseguidores do projeto de representação da economia proposto pelos economistas clássicos.

Destes diversos planos de descontinuidade surgem os problemas de **tradutibilidade** reportados por Arida (1996) como fator capital e fator trabalho, os marginalistas designam entidades homogêneas que se diferenciam das noções de forças produtivas dos clássicos que representam conjuntos heterogêneos, sobretudo quando vistas do ponto de vista agregado. A acumulação do capital toma um outro sentido com as noções de curva de transformação e as funções de produção entre muitos outros aspectos que são enfocados de forma distinta àquela elaborada pelos clássicos.

O arcabouço é modificado não pelo problema teórico da estagnação ou um outro fator que se considerasse uma anomalia kuhniana e nem pela não corroboração dos dados econômicos empíricos, como pretenderia Popper, já que ainda não existia as contas nacionais ou fontes de dados macroeconômicos padronizados e com séries extensas e confiáveis - tal qual conhecemos a partir do século XX - de modo a permitir a seleção de teorias com melhores previsões. A revolução marginalista engendra um novo modo de operar teoricamente devido a incorporação de objetos matemáticos não utilizados pelos clássicos, por uma via alternativa de sustentar os princípios extra-lógicos da justiça distributiva, a harmonia e a ordem social que não passasse pelo plano político, algo por definição impossível para a *economia política* dos clássicos. Esta mudança de direção implicou na ênfase dada aos mecanismos de auto-ajuste do mercado. Esta é retirada de uma análise que passa por sua inserção social para uma que enfatiza os efeitos diretos e indiretos decorrentes de na mudança de parâmetros das funções demanda e oferta, representadas num plano cartesiano como determinações independentes – requisito sem o qual a curva de demanda não poderia nem existir.

Se os marginalistas não são prosseguidores do arcabouço dos clássicos, os neoclássicos são efetivamente uma tentativa de tradução da macroeconomia em termos microeconômicos e da incorporação dos conceitos keynesianos de preferência pela liquidez, propensão a poupar e de demanda efetiva à conformação de um equilíbrio geral walrasiano.

6. Neoclássicos: os marginalista posteriores a Keynes.

A afirmação e a presença da teoria keynesiana durante o século XX implicou em transfigurações semânticas, retóricas e metodológicas a priori e a posteriori. Keynes criou uma tradição que denominou de “clássica” em torno de um debate que não era central durante o século XIX e uniu nestas vertentes – algo impensável aos grandes economistas do século XIX – a tradição marginalista e a tradição da economia política clássica, metodologicamente incompatíveis. Keynes reúne mundos tão diversos sobre o pretexto de que estes autores compreenderam o funcionamento da economia a partir da preponderância dos processos de oferta sobre a demanda na determinação do equilíbrio e dinâmica da economia. Desta forma,

Ricardo no século XIX estaria dentro de uma mesma tradição o Sr. Pigou, eminente economista marginalista do século XX.

Uma re-apropriação semântica é feita quando da constituição da economia neoclássica. Vale a pena registrar que não se entende aqui os termos “neoclássicos” e “marginalistas” como a sinônimos, muito menos que tenham vertentes geradas numa mesma época. Os neoclássicos formam um subconjunto do marginalismo que tem como um dos fundamentos básicos a análise das variações infinitesimais e o conseqüente raciocínio de que a lógica dos valores relativos da produção estão associadas, por um lado, as produtividades marginais dos fatores de produção e, por outro, a escassez dos recursos existentes e disponíveis ao consumo humano.

Estas análises foram estabelecidas em processos de derivação parcial – implicando no *ceteris paribus* utilizado nas análises econômicas – próprios do que se entende por estática comparativa. Ao longo do tempo, se estendeu a versões dinâmicas de análise, muitas delas vistas como sucessões de processos curtos ou estáticos (que nunca chegaram a ser dominantes no ensino acadêmico de economia, tanto no final do século XX, como nos tempos atuais.

Os neoclássicos por sua vez, são os marginalistas que puderam testemunhar a revolução keynesiana da década de 30 e re-apropriaram os conceitos de Keynes como preferência pela liquidez e demanda, eficiência marginal do capital entre outros dentro de um projeto coerente com a racionalidade proposta aos agentes econômicos. Parte destes neoclássicos entenderam que a economia keynesiana era a economia do desequilíbrio. Outros autores entenderam que a economia keynesiana é a economia do equilíbrio fora do pleno emprego – o que seria incoerente com a perspectiva de existirem mercados microeconomicamente equilibrados, como propunha Alfred Marshall. De uma forma ou de outra, o trabalho de Keynes apontou para a necessidade de complementação do mercado pelas atividades econômicas do Estado, algo não apropriado as proposições liberais vigentes.

A necessidade de atenuar a necessidade desta intervenção implicou em resultados não apenas ideológicos, mas também metodológicos. O resultado da fundamentação neoclássica foi o de tornar estática a perspectiva keynesiana pensada dinamicamente a partir dos vínculos entre os tempos de produção (unidade mínima, nesta teoria) e de investimento, expectativas de curto e de longo prazo, a noção de incerteza e o conceito de demanda efetiva associado a eficiência marginal do capital. Em seu trabalho, *Mr. Keynes and the Classics*, John Hicks Jr. monta um quadro eminentemente de estática comparativa, chamado de IS-LM, que passa a ser conhecido no mundo e principalmente nos países anglo-saxões como a perspectiva da economia keynesiana no curto prazo.

No longo prazo, tanto os trabalhos ditos neokeynesianos (na verdade, uma ramificação dos neoclássicos), quanto os novo-clássicos modificaram o eixo para os aspectos da determinação da oferta, sobre tudo no debate que se deu em torno da curva de Phillips e a causalidade de desemprego e inflação.

Consideração finais.

Neste texto, discutiu-se a unicidade Popper-Kuhniana no avanço do pensamento sobre economia argumentando que as motivações de pesquisas e trabalhos resultam numa produção científica com métodos e objetos diversificados que não se sintetizam numa fronteira de conhecimento e que move por meios não dedutivistas onde os componentes extra-lógicos cumprem um papel relevante.

O grau de diversidade que toma o pensamento econômico no século XX estabelece tanto vasos comunicantes circunscritos a algumas vertentes como barreiras de comunicação que parecem não podem se superar contemporaneamente e talvez as observações feitas por Fernandes(1991) quanto a razoabilidade frente as situações de imprecisão talvez não sejam possíveis em diversos âmbitos, dada a incomunicabilidade e impossibilidade de síntese ampla. Procurou-se construir uma interpretação alternativa a estes pensadores por meio da articulação dos conceitos de identidade campo, múltiplos atratores e intenções hierarquizadas que foi aplicada a um exercício breve de leitura da evolução do pensamento econômico. A síntese deste exercício mostra que: 1) a economia passou por diversas mudanças em seu alvo e de seus fundamentos principais e estas não foram contínuas como requereria a lógica da pesquisa de Popper; 2) diversos corpos teóricos em economia subsistiram e subsistem por muito tempo para que sejam os programas considerados com inseridos nas fases degenerativas descritas por Lakatos ou, em diversos casos, que um paradigma predomine ou venha a extinguir um anterior, como pretendia Kuhn ao desenvolver o conceito de paradigma dentro do contexto de revoluções científicas; 3) as mudanças fundamentais nos eixos de pesquisa, por diversas vezes, não se deram por dificuldades de um corpo teórico explicar um problema econômico a partir da análise que lhe é pertinente e sim por fatores extra-lógicos que re-direcionam os vetores de pesquisa ou pelo surgimento de novas técnicas e campos para investigação; 4) dentro dos fatores extra-lógicos, os aspectos ideológicos cumpriram um papel relevante, preponderando nas mudanças dos grandes eixos metodológicos e analíticos sobre a resolução de técnica modelagem de um problema consensualmente tido como relevante; 5) por diversas vezes, a mudança do eixo de compreensão do problemas econômicos – também denominada de “progresso” ou “avanço” do pensamento econômico - implicou em alteração ou transfiguração semântica dos conteúdos expostos por predecessores, de modo a torná-los

incompatíveis uns com os outros ou criar uma névoa no sentido dado pela histórica dos escritos e debates; 6) os fatos registrados de (2) à (5) implicam na impossibilidade da fronteira ou mainstream sintetizar a trajetória que o antecede, o que abre espaço para dominância calcadas em outros fatores entre os quais os interesses e àqueles de dimensão lingüística ou retórica; 7) a impossibilidade de síntese, implica na coexistência de vertentes ou paradigmas existentes e a preponderância de um frente ao outro, não se dá, necessariamente, pela supremacia das técnicas utilizadas por um dos corpos teóricos.

Existem diversos campos de intencionalidade, muitos deles não explorados neste trabalho, que concorrem e se sobrepõem à explicação direta dos fatos econômicos. A economia se move assim numa *rede mutante* que toma uma gama diversa de moldes ao longo do tempo, voltando-se para apreender objetos distintos nos diferentes períodos selecionando o que detém e o que se esvai, segundo as distintas vertentes analíticas ou teóricas. Estes fatos concorrem para que existam, contemporaneamente, perspectivas de pesquisas diversas – embora na ‘plurais’, nos termos de Dow(1990) - que são responsáveis por grandes discontinuidades, quando comparadas as anteriores. Os *campos de identidades* dos corpos teóricos são em muitos casos preservados sem que se chegue a um consenso em uma gama vasta de questões. Este artigo se constitui numa tentativa de apreendê-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA, P. (1983 [1991]) “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. In José Márcio REGO, org. (1991). *Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Bial. (Publicado originalmente como texto para discussão da PUC do Rio de Janeiro em 1983). pp: 11-46
- BACHELARD, G. O novo espírito científico. Lisboa: Edições 70, 1996a. JAPIASSÚ, Hilton. Para ler Bachelard. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (Série Para ler).
- BELLUZZO, L. G. M. *Valor e capitalismo – Um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BLAUG, M. Khun versus Lakatos ou paradigmas versus Programas de Pesquisa na Historia da Economia, IPE, USP, 1988.
- BOURDIEU, P. “O Campo Científico”. In Renato ORTIZ, org. *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Zahar Ed, 1976.
- COLEMAN, W. O. *Rationalism and anti-rationalism in the origins of economics – The philosophical roots of 18th century economic thought*. Aldershot: Edward Elgar, 1995.
- DEANE, P. A Evolução das Idéias Econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

- DOW, S. Beyond the dualism. Cambridge, Cambridge Journal of Economics, 14(2), 1990, 143-57p.
- FEYERABEND, P. K. Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge
- HABERMAS, J. (1973 [1987]) *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. Tradução da terceira edição alemã, 1973.
- HANDS, D. W. Reflections without Rules, Economic Methodology and Contemporary Science Theory. Cambridge University Press, 2001.
- HICKS JR, J. Mr. Keynes and the Classics: a Suggest Interpretation, *Econometrica*, V.5, 1937.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- _____ "A função do dogma na investigação científica" in *A crítica da ciência*, Zahar Editores, 1979.
- KUNTZ, R. *Capitalismo e natureza – Ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAKATOS, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers Volume I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. *Proofs and Refutations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LAWSON, T. "A Realist Theory of Economics" in *New directions in Economic Methodology*, London, Routledge, 1994.
- MCCLOSKEY, D. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*. Vol XXI, junho, 1983, 481-517p.
- MIROWSKI, P. "What are the Questions?". In BACKHOUSE, Roger E. (org.). *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, 50-74, 1994.
- NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo e Marx. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978, pp.195-225.
- POPPER K. *A lógica da pesquisa científica*, Editora Cultrix, 1972.
- _____. *Conjeturas e Refutações*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963
- QUESNAY, F. *O Quadro econômico*, Abril Cultural, 1984.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- SAY, J. B. "Tratado de Economia Política" in *Os Economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1986
- SHACKLE, G. L. S. *Imagination and the nature of choice*, Edinburgo, Edinburgh University Press, 1979.
- SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1954.
- _____ "Science and Ideology" in *The philosophy of Economics: na Anthology*. Cambridge University Press, Cambridge, 1994
- WALRAS, L. "Compêndio dos Elementos de Economia Política" in *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.